**Atividade Prática**

A sugestão de exercício coletivo é de que se analise criticamente a implementação do Processo Judicial Eletrônico. Para tanto sugere-se a formulação de questões que passem por três pontos, com base na Lei que o implementou, na Resolução nº 1589/2013, bem como nas resoluções do CSJT sobre o tema.

O debate e formulações coletivas deverão passar diversos por se pensar, dentre eles:

1. E o acesso à Justiça foi reduzido com a implementação no PJE?
2. Como fica o Jus postulandi no Processo Judicial Eletrônico Trabalhista?
3. Audiência on-line restringe a possibilidade da juíza ou do juiz chegar a verdade real dos fatos?
4. Acesso do jurisdicionado ao Processo Judicial Eletrônico, considerando as dificuldades de acesso a internet livre, foi dificuldado com o PJE?

O grupo pode formular outros questionamentos.